



PARECER PRÉVIO Nº 49/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11229/2014.

Apensos: Processo nº 10558/2015, 10302/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Fonte Boa

4- Exercício: 2013

5- Responsável: Jose Suediney de Souza Araujo (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM n.º 4.177, Ana Paula Freitas de Oliveira - OAB/AM nº 7.495, Alcides Martins de Oliveira Neto - OAB/AM nº 7.306.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3802/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Fonte Boa. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas anual da **Prefeitura Municipal de Fonte Boa**, exercício 2013, sob a responsabilidade do **Sr. Jose Suediney de Souza Araujo**, ex-Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do §5º do art. 127 da CE/89, c/c o inciso I do art. 18 da LC n. 6/91, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais em relação a todas as impropriedades não sanadas do relatório conclusivo da DICAMI nº 100/2019 – 01, 02,03, 06, 07, 08, 16, 19, 20.1, 20.2, 20.3 e 22 a 29 (fls. 1520-1559) e do Relatório Conclusivo nº 42/2015 da DICOP, descritas no item 35 da proposta de voto (1487-1514)



PARECER PRÉVIO Nº 49/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.2. Determinar à Câmara Municipal de Fonte Boa o cumprimento no art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, em especial o prazo de 60 dias para o julgamento das contas.

11- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Novembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 49/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 49/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11229/2014.

Apensos: Processo nº 10558/2015, 10302/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Fonte Boa

4- Exercício: 2013

5- Responsável: Jose Suediney de Souza Araujo (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM n.º 4.177, Ana Paula Freitas de Oliveira - OAB/AM nº 7.495, Alcides Martins de Oliveira Neto - OAB/AM nº 7.306

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3802/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Fonte Boa. Exercício de 2013.

Irregularidade. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas anual da **Prefeitura Municipal de Fonte Boa**, sob a responsabilidade do **Sr. Jose Suediney de Souza Araujo**, ex-Prefeito e Ordenador de Despesas, referente ao exercício 2013, nos termos do inciso I do art. 1º, das alíneas “b” e “c” do inciso III do art. 22 e do parágrafo único do art. 25, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais relação a todas as impropriedades não sanadas do relatório conclusivo DICAMI nº 100/2019 – 01, 02, 03, 06, 07, 08, 16, 19, 20.1, 20.2, 20.3 e 22 a 29 (fls. 1520-1559) e do Relatório Conclusivo nº 42/2015 da DICOP, descritas no item 35 da proposta de voto, (fls. 1487-1514);

10.2. Aplicar multa ao **Sr. Jose Suediney de Souza Araujo** no valor de **R\$ 20.481,60**, com fulcro no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, I, “a”,



ACÓRDÃO Nº 49/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 49/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

da Resolução nº 04/2002, com redação atualizada pela Resolução nº 04/2018, face aos atrasos da remessa do ACP, nos 12 meses de competência do exercício financeiro (12xR\$ 1.706,80), que deve ser cobrado nos moldes regimentais, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Determinar à Origem, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que:

- 10.3.1.** Observe atentamente os prazos fixados para o encaminhamento da documentação exigida para análise das prestações de conta, esclarecendo que a inobservância destes prazos compromete o planejamento dos trabalhos de campo, passível de responsabilização com a consequente aplicação de multas por cerceamento do exercício do controle externo;
- 10.3.2.** Mantenha todos os documentos contábeis, jurídicos, processos licitatórios e os comprovantes de despesas na sede da Prefeitura, sob pena de novamente a despesa executada ser glosada por este TCE/AM;
- 10.3.3.** Mantenha os registros e controles, além de toda documentação referente aos atos e fatos contábeis pertinentes ao Grupo de Contas Genéricas (Resolução CFC N.º 1.133/08 - Aprova a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis) como forma de atender às regras de direito financeiro definidas pela Lei Federal 4.320/64, de cuja inobservância acarretarão a não aceitação das justificativas futuras, com consequente responsabilização e reflexos nas prestações de contas respectivas;
- 10.3.4.** Encaminhe pelo sistema SAP os dados necessários à apreciação da legalidade dos atos de pessoal pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, observando o disposto na Resolução TCE/AM nº 16/2009;
- 10.3.5.** Implemente rotinas de controle suficientes para manter atualizados os registros funcionais dos servidores;



ACÓRDÃO Nº 49/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 49/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.3.6.** Observe rigorosamente as regras da Lei municipal nº 106/1993, art. 1º e 2º, inciso I, com as alterações da Lei municipal nº 162/2001, em relação as prestações de contas das diárias do Poder Executivo;
- 10.3.7.** Não atrase o envio das informações ao sistema e-contas, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução nº 07/02-TCE, c/c Resolução nº 10/2012-TCE/AM;
- 10.3.8.** Encaminhe no prazo estipulado os Relatórios de Gestão Fiscal e os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, nos termos da alínea “h” do inciso II do art. 32 da Lei estadual nº 2.423/96 e do §1º da Resolução nº 11/2009 c/c §3º do art. 165 da CF/88;
- 10.3.9.** Dê publicidade aos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), dentro dos prazos estipulados pelo art. 52, c/c o §2º do art. 55, sob pena de multa por prática de infração administrativa (art. 5º da Lei federal nº 10.028/2000), quanto aos RGF;
- 10.3.10.** Adote os procedimentos necessários à identificação e quantificação dos valores individualizada dos contribuintes devedores, para cobrança por meio de processos administrativos e/ou judiciais, sob pena de sanções do §1º do art. 22, da Lei estadual nº 2.423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c a alínea “e” do inc. III do § 1º do art. 188 da Resolução nº 04/2002 do TCE/AM;
- 10.3.11.** Observar atentamente os prazos fixados para o encaminhamento da documentação exigida para análise das prestações de conta pela Câmara Municipal sob pena de responsabilização.
- 10.3.12.** Nas licitações e contratos observe todas as regras estipuladas pela Lei federal nº 8.666/93, tais como as relacionadas ao: orçamento analítico (art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da lei 8.666/93), projetos arquitetônicos (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, § 2º, I, da Lei federal nº 8666/93), diário de obra ou documento equivalente (art. 67, §1º, da Lei federal nº 8.666/93), laudo de vistoria (art. 67, §1º, da Lei federal nº 8.666/93), projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 6º, IX c/c art. 7º, § 2º, I, II, III, IV da Lei federal nº 8.666/93), entre outras;
- 10.3.13.** Realize procedimento licitatório, nos termos do art. 2º da Lei federal nº 8.666/93;
- 10.3.14.** Utilize a modalidade licitatória conforme o caso, a fim de não violar o §5º do art. 23 da Lei federal nº 8.666/93;
- 10.3.15.** Adote as medidas necessárias para a realização de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da CF/88;



ACÓRDÃO Nº 49/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 49/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.3.16.** Atenda ao art. 45 da Constituição Estadual c/c art. 43 da Lei nº 2.423/96 que estabelece a Criação de Controle Interno no âmbito Municipal;
- 10.3.17.** Cumpra os art. 48 e 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c inciso II, art. 34 da Lei estadual nº 2.423/96 que estabelece a obrigatoriedade de observância dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público;
- 10.3.18.** Cumpra com rigor a Lei federal nº 8.666/93 em especial: a) formalização do procedimento de licitação, dispensa e/ou inexigibilidade; b) Formalização dos Contratos firmados; c) Conste nos autos o Decreto de nomeação da Comissão de Licitação; d) Que faça constar nas notas de empenho no mínimo; d.1) número do processo e modalidade de licitação; d.2) elemento de despesa, sub elemento, classificação econômica, fonte, saldo do empenho; d.3) nome empresarial do credor e a CNPJ do credor; d.4) campo específico do valor unitário e quantidade; d.5) número do empenho sequencial e crescente; e) Que os processos de pagamentos sejam numerados sequencialmente e estejam acompanhado das respectivas nota fiscais, ordem bancárias, nota de liquidação da despesa, certidões negativas do credor etc.;
- 10.3.19.** Observe as regras relacionadas à Lei federal nº 4.320/64, em especial as regras que tratam do patrimônio (capítulo III);
- 10.3.20.** Atenda com rigor os artigos 14, 16, 20 e 26 da Lei federal nº 8.666/93 que versam sobre as compras da Administração Pública, bem como da formalização dos processos nos moldes previstos no art. 38 do mesmo diploma legal;
- 10.3.21.** Observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas, acarretará o julgamento da irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do § 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM;
- 10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno para:
- 10.4.1.** Remeter os autos ao DEREDE para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução nº 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução.
- 10.4.2.** Comunicar ao Responsável e seu Advogado da Decisão do Tribunal Pleno;



ACÓRDÃO Nº 49/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 49/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

10.5. Por maioria, conforme voto-destaque do Conselheiro **Érico Xavier Desterro e Silva**, Aplicar Multa ao **Sr. Jose Suediney de Souza Araujo** no valor de **R\$ 13.654,39**, com fulcro no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, pelas irregularidades mantidas na instrução dos autos. A cobrança deve seguir as previsões regimentais, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

11- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Novembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO.
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral